



COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 14.507.191/0001-97 Inscrição Estadual: 90.576.110-20

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2013**

AOS ACIONISTAS

A administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 05 de outubro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6E do Edital do LEILÃO nº 04/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 – ANEEL, datado de 12 de janeiro de 2012, compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul; pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV – 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 014/2012, em 21 de maio de 2012.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R\$ 4.723 e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2013, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária de abril de 2014, no montante de R\$ 936 mil com proposta destes dividendos retomar à Companhia em forma de reservas de lucros a realizar. Constituiu reserva legal no montante de R\$ 197 mil.

Em complemento às demonstrações contábeis previstas na Legislação Societária, estamos apresentando, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado. O Balanço Social e o Relatório de Responsabilidade Sócio-Ambiental, introduzido através do Despacho SFF/ANEEL nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, será divulgado em exemplar à parte.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota 31.Dez.13		31.Dez.12		Passivo	Nota 31.Dez.13		31.Dez.12	
	Circulante					Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.798	602		Obrigações sociais e fiscais	8	242	43	
Tributos a recuperar		50	18		Fornecedores	7	9.816	3.970	
Total do ativo circulante		2.847	620		Outras contas a pagar		17	19	
					Dividendos	10	936		
					Total do passivo circulante		11.012	3.932	
Ativo financeiro – concessões	5	46.264	5.518		Impostos diferidos		1.464	173	
Imobilizado	5	33	24		Partes relacionadas		1	1	
					AFAC	8	30.824		
Total do ativo não circulante		46.297	5.542		Total do passivo não circulante		32.290	174	
					Patrimônio Líquido				
					Capital social	9	2.837	2.837	
					Reserva legal		197		
					Lucros e disposição da assembléia	10	2.809	(781)	
					Total do patrimônio líquido		5.843	2.056	
Total		49.144	6.162				49.144	6.162	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)**

Discriminação	Reserva de Lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros e Disposição de ASGO	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	409	-	-	-	-	450
Aumento de Capital Social	2.437	-	-	-	-	2.437
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(781)	-	(781)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.837	-	-	(781)	-	2.056
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.723	4.723
Prejuízos Acumulados Compensados	-	-	-	781	-	(781)
Destinação Reserva Legal	-	197	-	-	-	(197)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(936)	(936)
Lucros e Disposição da Assembléia Geral	-	-	2.809	-	-	(2.809)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.837	197	2.809	-	-	5.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)**

	Nota	31.Dez.13	31.Dez.12
Receita operacional líquida	35.1	41.877	5.516
Custo de construção		(36.019)	(5.492)
Lucro bruto		6.858	26
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(859)	(620)
		(859)	(620)
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		5.799	(604)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		276	67
Despesas financeiras		(15)	(1)
		261	66
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		6.089	(538)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(49)	(29)
Diferido		(1.281)	(173)
		(1.336)	(202)
Lucro/Prejuízo do período		4.723	(740)
Lucro/Prejuízo por Ação		1,98	(1,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)**

	Resultado do exercício	
	31.Dez.13	31.Dez.12
Resultados abrangentes	4.723	(740)
Resultado abrangente do exercício	4.723	(740)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)**

	31.Dez.13	31.Dez.12
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.088	(538)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(1.336)	(202)
Depreciação	2	-
(Aumento) redução no ativo:		
Tributos a recuperar	(32)	(18)
	(32)	(18)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	9.816	3.970
Obrigações sociais e fiscais	1.490	197
Outros passivos	(2)	6
	7.434	4.063
Fluxo de caixa de corrente das atividades operacionais	12.127	3.305
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	12.127	3.305
Fluxo de caixa de atividades de Investimento		
Ativo financeiro	(40.746)	(5.492)
Imobilizado	(9)	(24)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(40.755)	(5.516)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.824	2.437
Caixa líquido das atividades de financiamento	30.824	2.437
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.197	226
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	622	376
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.798	602

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase operacional), é uma companhia de capital fechado e esta registrada no CNPJ –

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 14.507.191/0001-97, e NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 41 3 0008323 1 com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 001/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 26 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial de 27 de dezembro de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6E do Edital do Licitação nº 04/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”. Com extensão aproximada de 143 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama; pela Subestação Umuarama com transformação 230/138 kV – 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A Companhia encontra-se em fase em fase pré-operacional dependendo ainda do suporte financeiro contínuo dos seus acionistas de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e, conseqüentemente, o início de suas operações conforme previsto no projeto para primeiro semestre de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

3. Principais práticas contábeis

3.1- Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2- Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3- Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2013.

3.5- Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros

3.5.1- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção (quadro abaixo) auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia.

	31.dez 2013	31.dez 2012
Receita de construção	39.363	5.518
Receita financeira - TIR (Juros) da amortização - EM CURSO	1.365	-
Receita financeira - INFLAÇÃO (Atualização Monetária) da amortização - EM CURSO	949	-
	<u>41.677</u>	<u>5.518</u>

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Ativo financeiro - Indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5.2- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.5.3- Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.6- Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7- Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada corresponde a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional de IRPJ é de 10% incidente sobre essa mesma base que exceder a R\$ 20 mil reais mensais. Já a base de cálculo da CSLL é de 12% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 9% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa.

3.8- Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9- AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, com previsão de serem capitalizados até 30 de abril de 2014.

3.10- Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.dez 2013	31.dez 2012
Banco conta movimento e Fundo Rotativo de caixa	2	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.795	602
	2.798	602

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas à taxa de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2013.

5. Ativo financeiro e imobilizado

A operação da Companhia se enquadram nas hipóteses previstas do ICPC-01 RI/IFRIC12, pois a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

	31.dez 2013	31.dez 2012
Ativo financeiro - amortizável RAP	46.264	5.518
Ativo imobilizado	33	24
	46.297	5.542

Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração.

6. Obrigações sociais e fiscais

	31.dez 2013	31.dez 2012
Impostos e contribuições sociais	229	36
Folha de pagamento, líquida	13	7
	242	43

7. Fornecedores

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.dez 2013	31.dez 2012
Fornecedores de materiais	198	-
Fornecedores de serviços	9.031	3.870
Cheques emitidos	587	-
	9.816	3.870

Os cheques emitidos neste período foram na ordem de R\$ 587 mil de reais para saldar os valores de indenizações das propriedades atingidas para instalações de servidão de passagem da LT 230kV Cascavel Oeste – Umuarama Sul.

8. AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

	31.dez 2013	31.dez 2012
AFAC - Copel	15.720	-
AFAC - Eletrosul	15.104	-
	30.824	-

9. Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 2.837.000,00 (Dois milhões oitocentos e trinta e sete mil reais), dividido em 2.837.000 (Dois milhões oitocentos e trinta e sete mil) ações ordinárias sem valor nominal.

10. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 36 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Lucro / Prejuízos acumulados

O lucro acumulado do período, nesta etapa pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez.13
Resultado em 31 de dezembro de 2013	4.723
Prejuízos do exercicio de 2012	(781)
Reserva legal	5%
Constituição de reserva legal	(197)
Lucro a disposição da assembléia	3.745
Dividendos propostos	(936)
Lucro a disposição da assembléia	2.809

Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relacionado ao exercício de 2013, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração da Costa Oeste à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2014, no montante de R\$ 936 mil, atende ao estatuto. Da mesma forma que evidenciado nas mutações nos resultados acumulados, os dividendos obrigatórios foram propostos conforme quadro anterior.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Mário José de Mello Soares Presidente	Alfonso Schmitt Diretor Presidente
Marcos Paulo B. S. Rezende Conselheiro	Valdenir José Bertage Diretor Administrativo-Financeiro
Maurício Xavier Conselheiro	

CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Eomar Antonio Concato Presidente	William Rodrigo Cardoso CRC/SC nº 021528/O-8
Miguel Ângelo Salgado Conselheiro	
Jamir de Amorim Conselheiro	

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.
Com base nos exames efetuados nesta e nas reuniões anteriores do Conselho Fiscal e com base nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e ainda, com base no Relatório de Auditoria Independente emitido pela Martinelli Auditores, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações

Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Eomar Antonio Concato
Presidente

Foi proposto pela Administração da Companhia, que do lucro líquido de R\$ 4.723 mil, já deduzidos a reserva legal no valor de R\$ 197 mil, que os dividendos mínimos obrigatórios conforme o Estatuto Social no montante de R\$ 936 mil e os dividendos adicionais à disposição da Assembleia no montante de R\$ 2.809 mil sejam transferidos para a conta Reserva de Lucros a Realizar, em razão da Companhia estar em fase pré-operacional.

Miguel Ângelo Salgado
Conselheiro

Jamir de Amorim
Conselheiro

Com relação a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Curitiba, 12 de março de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Instituição **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), (Companhia em fase pré-operacional), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), (Companhia em fase pré-operacional) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 04 de fevereiro de 2013, sem ressalvas. Curitiba (PR), 17 de janeiro de 2014.

CARLOS A. FELISBERTO
Contador - CRC(PR) nº 037.293/O-9

MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR

martinelli
auditores